

FICHA TÉCNICA

Título original: *Requiem for the American Dream*

Autor: *Noam Chomsky*

Copyright © 2017 by Valeria Chomsky

Edição original publicada por Seven Stories Press, New York, USA, 2017, representada por Villas-Boas & Moss Literary Agency

Todos os direitos reservados

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2017

Tradução: *Manuel Alberto Vieira*

Revisão: *Rita Carvalho e Guerra / Editorial Presença*

Imagens da capa: *Shutterstock*

Capa: *Raquel Leal / Editorial Presença*

Gráficos: *Miriam Lerne, por gentileza da Editora Bertrand Brasil*

Composição, impressão e acabamento: *Múltiplo — Artes Gráficas, Lda.*

Depósito legal n.º 435 632/17

1.ª edição, Lisboa, fevereiro, 2018

Reservados todos os direitos

para Portugal à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida sob qualquer forma ou meio, eletrónico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou armazenamento de informação, sem o consentimento prévio, por escrito, do proprietário.

ÍNDICE

Nota sobre o Sonho Americano	9
Introdução	13
PRINCÍPIO N.º 1	
RESTRINGIR A DEMOCRACIA	15
<i>ATAS E DEBATES SECRETOS DA CONVENÇÃO REALIZADA EM FILADÉLFIA, NO ANO DE 1787</i> , E OUTRAS FONTES	23
PRINCÍPIO N.º 2	
MOLDAR A IDEOLOGIA	29
<i>O MEMORANDO POWELL</i> , LEWIS F. POWELL JR, 1971, E OUTRAS FONTES	35
PRINCÍPIO N.º 3	
REDEFINIR A ECONOMIA	41
«UM APELO PARA O FIM DA ÊNFASE NA OBTENÇÃO DE LUCROS A CURTO PRAZO», <i>WALL STREET JOURNAL</i> , JUSTIN LAHART, 9 DE SETEMBRO DE 2009, E OUTRAS FONTES	51
PRINCÍPIO N.º 4	
DESLOCAR O FARDOS	55
HENRY FORD SOBRE O MOTIVO PELO QUAL DUPLICOU O SALÁRIO MÍNIMO, E OUTRAS FONTES	63
PRINCÍPIO N.º 5	
ATACAR A SOLIDARIDADE	69
<i>A TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS</i> , ADAM SMITH, 1759, E OUTRAS FONTES	79

PRINCÍPIO N.º 6	
CONTROLAR OS REGULADORES	81
<i>ECONOMIA DA PROSPERIDADE: CRIAR UMA ECONOMIA PARA TODOS,</i>	
JACOB S. HACKER E NATE LOEWENTHEIL, 2012, E OUTRAS FONTES ...	93
PRINCÍPIO N.º 7	
MANIPULAR AS ELEIÇÕES	97
<i>CITIZENS UNITED VERSUS COMISSÃO FEDERAL DE ELEIÇÕES, SUPREMO</i>	
<i>TRIBUNAL DOS ESTADOS UNIDOS, 21 DE JANEIRO DE 2010,</i>	
E OUTRAS FONTES	105
PRINCÍPIO N.º 8	
MANTER A RALÉ NA LINHA	107
«HOMENS DA FORD ESPANCAM E ESCORRAÇAM SINDICALISTAS	
DA LEWIS UNION: 80 000 TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO AÇO	
EM GREVE; 16 FERIDOS NOS CONFRONTOS», <i>NEW YORK TIMES,</i>	
26 DE MAIO DE 1937, E OUTRAS FONTES	117
PRINCÍPIO N.º 9	
FABRICAR O CONSENSO	121
ENSAIOS MORAIS, POLÍTICOS E LITERÁRIOS, DAVID HUME,	
21 DE JANEIRO DE 1741, E OUTRAS FONTES	129
PRINCÍPIO N.º 10	
MARGINALIZAR A POPULAÇÃO	135
«TESTANDO TEORIAS DA POLÍTICA AMERICANA: ELITES, GRUPOS	
DE INTERESSE E CIDADÃOS COMUNS», MARTIN GILENS E BENJAMIN	
I. PAGE, 2014, E OUTRAS FONTES	147
Notas Relativas às Principais Fontes	153
Índice Remissivo	158

NOTA SOBRE O SONHO AMERICANO

Durante a Grande Depressão, período que tenho idade suficiente para recordar, o cenário era mau — subjetivamente muito pior do que o atual. No entanto, havia a sensação de que superaríamos a crise de uma maneira ou de outra, a expectativa de que as coisas melhorariam era um sentimento partilhado: «É verdade que hoje não temos empregos, mas eles hão de aparecer amanhã, e podemos trabalhar em conjunto para criar um futuro mais promissor.» Foi um tempo fértil em radicalismos políticos que, pelo menos era essa a esperança, conduziram a um futuro diferente — no qual houvesse mais justiça, igualdade, liberdade, ditando o fim das estruturas de classe repressivas e coisas que tais. Simplesmente, havia a sensação generalizada de que «isto se resolverá, de uma maneira ou de outra».

A maior parte da minha família, por exemplo, era constituída por desempregados da classe operária. O próprio desenvolvimento do movimento sindical era um reflexo, e uma fonte, de otimismo e esperança. E isso hoje não existe. Hoje, o sentimento generalizado é o de que nada tornará a ser como era — *acabou*.

O Sonho Americano, à semelhança da maioria dos sonhos, está associado a múltiplos elementos da esfera do mito. Parte do sonho do século XIX assentou na narrativa de Horatio Alger — «somos extremamente pobres, mas trabalharemos arduamente e encontraremos uma saída», o que, até certo ponto, foi verdade. Considere-se o caso do meu pai, que chegou aqui em 1913, vindo de uma aldeia

muito pobre na Europa de Leste. Conseguiu arranjar emprego numa fábrica clandestina em Baltimore e, graças ao seu empenho, evoluiu gradualmente até atingir um ponto que lhe permitiu ingressar na universidade, concluir uma licenciatura, e até fazer um doutoramento. O desfecho foi a adoção daquilo que comumente se designa por estilo de vida da «classe média». Eram muitas as pessoas que tinham o mesmo destino ao seu alcance. Nessa época, era possível aos imigrantes provenientes da Europa atingirem um nível de riqueza, privilégio, liberdade e independência que não seria imaginável nos seus países de origem.

Nos dias que correm sabemos que isso, simplesmente, já não acontece. Na realidade, a mobilidade social é menor aqui do que na Europa. Todavia o sonho persiste, fomentado pela propaganda. É ouvido em todo o discurso político, «vote em mim e recuperaremos o sonho». Todos o reiteram fazendo uso de palavras idênticas — a promessa é ouvida, inclusivamente, a pessoas que estão a destruir o sonho, tenham elas consciência disso ou não. Mas o «sonho» tem de ser alimentado, caso contrário como convencer as pessoas do mais rico e poderoso país da história, que goza de extraordinárias vantagens, a fazerem face à realidade que veem à sua volta?

A desigualdade a que se assiste não tem, de facto, precedentes. Se se atentar na desigualdade total, conclui-se que se aproxima da dos mais nefastos períodos da história americana. Mas se se atentar mais de perto no fenómeno, constata-se que a desigualdade é resultado da riqueza extrema de um setor mínimo da população, uma fração de 1%.

Houve períodos, como a Era Dourada, na década de 1890, e os Loucos Anos 20, entre outros, em que se assistiu a uma situação bastante semelhante a esta, mas o período que atualmente vivemos é extremo. Porque se se olhar para a distribuição da riqueza, verifica-se que a desigualdade é sobretudo fruto da super-riqueza — literalmente, a décima parte superior de um universo de 1% é mesmo *super-rica*, facto que resulta de mais de trinta anos de transformação da política social e económica. Se se averiguar, notar-se-á que, no decurso destes anos, a política governamental foi sendo

alterada com base numa intenção completamente contrária à vontade da população, de modo a permitir enormes benefícios aos muito ricos. E para grande parte da população, para a maior parte, os rendimentos reais quase estagnaram nos últimos mais de trinta anos. A classe média, nesse sentido, nesse sentido singularmente americano, está sob sério ataque.

Uma parte significativa do Sonho Americano reside na mobilidade de classe: nasce-se pobre, trabalha-se arduamente, enriquece-se. A ideia de que é possível a qualquer um conseguir um bom emprego, comprar uma casa, adquirir um automóvel, custear os estudos dos filhos...

Tudo isso se desmoronou.

INTRODUÇÃO

Observe a sociedade americana. Imagine-se a observá-la a partir de Marte. O que vê?

Nos Estados Unidos, entre os valores professados conta-se a democracia. Numa democracia, a opinião pública exercerá alguma influência na esfera política e depois o governo levará a cabo ações determinadas pela população. É esse o significado de democracia.

É, todavia, importante compreender que os setores privilegiados e poderosos nunca gostaram da democracia, e têm boas razões para isso. A democracia coloca o poder nas mãos da população geral e retira-o dos privilegiados e poderosos. Trata-se de um princípio de concentração da riqueza e do poder.

O círculo vicioso

A concentração da riqueza origina a concentração do poder, particularmente se considerarmos a subida em flecha dos custos das campanhas eleitorais, uma realidade que acentua cada vez mais a dependência financeira que os partidos políticos têm das grandes empresas e a influência que estas exercem sobre eles. Este poder político traduz-se rapidamente em legislação que aumenta a concentração do poder. De maneira que a política fiscal, como a questão dos impostos, a desregulamentação, as regras da governação empresarial, e toda uma série de medidas — medidas

políticas concebidas com o propósito de aumentar a concentração da riqueza e do poder — geram mais poder político para fazer a mesma coisa. E é a isso que temos assistido. Estamos, portanto, perante uma espécie de «círculo vicioso» em curso.

A vil máxima

Na verdade, os abastados sempre tiveram um desmesurado poder sobre a política. Um facto que remonta há séculos. Tão antigo que foi descrito por Adam Smith em 1776. Leia-se o famoso livro *A Riqueza das Nações*. Nele, Smith diz que, em Inglaterra, «os principais arquitetos da política» são os proprietários da sociedade — à época, os «comerciantes e manufatores». E certificam-se de que os seus próprios interesses são devidamente acautelados, por muito «pernicioso» que o impacto sobre o povo de Inglaterra, ou qualquer entidade, possa ser. Hoje, esses proprietários não são os comerciantes e os manufatores, são as instituições financeiras e as empresas multinacionais — as pessoas que Adam Smith designou por «senhores da humanidade», e que se regem pela «vil máxima»: «Tudo para nós, nada para os demais.» E o seu papel resume-se ao desígnio de conseguir a implementação de políticas que os beneficiem e prejudiquem todos os outros.

No plano político, é uma máxima amplamente enraizada que foi alvo de aprofundado estudo nos Estados Unidos. São essas as políticas que cada vez têm vindo a ser mais seguidas e, face à ausência de uma reação popular geral, outra coisa não seria de esperar.

PRINCÍPIO N.º 1

RESTRINGIR A DEMOCRACIA

Ao longo da história americana, tem-se assistido a um confronto contínuo entre uma pressão para uma maior liberdade e democracia exercida a partir de baixo e esforços com vista ao controlo e domínio das elites envidados a partir de cima. Uma realidade que remonta à fundação do país.

A minoria dos opulentos

James Madison, o principal mentor da Constituição americana, que era tão defensor da democracia como praticamente toda a gente do mundo desse tempo, entendia, não obstante, que o sistema dos Estados Unidos devia ser concebido — e, de facto, por sua iniciativa foi-o — de maneira a que o poder ficasse na posse dos ricos. Porque os ricos representam o conjunto de homens mais responsáveis, aqueles que se preocupam com o interesse público, não apenas com os interesses paroquiais.

Por conseguinte, a estrutura do sistema formal da Constituição colocou a maior parte do poder nas mãos do Senado. E convém lembrar que, nesse tempo, o Senado não era eleito. Na verdade, só passou a sê-lo há cerca de um século. Era escolhido por membros da assembleia legislativa e tinha longos mandatos, para além de os seus elementos serem seleccionados de entre o universo dos ricos. Homens mais responsáveis. Homens que, nas palavras de

Madison, eram solidários com os proprietários de terras e sensíveis aos seus direitos. Algo que tinha de ser protegido.

A maior parte do poder estava concentrado no Senado, mas este era também o órgão mais afastado da população. A Câmara dos Representantes — que estava mais próxima da população — desempenhava um papel muito menos importante. Nesse tempo, o poder executivo — na pessoa do presidente — era sobretudo administrativo, com algumas responsabilidades na política externa e noutros assuntos. Em claro contraste com o que hoje acontece.

Uma questão fundamental era até que ponto deveríamos permitir uma verdadeira democracia? Madison discutiu este tema de forma bastante séria, não tanto nos *Federalist Papers* — uma espécie de propaganda —, mas nos debates da Convenção Constitucional de Filadélfia, que são a fonte mais interessante para analisar. Quem ler os debates, confirmará que Madison disse que a principal preocupação da sociedade — de qualquer sociedade decente — tem de ser «proteger a minoria dos opulentos contra a maioria». A formulação é sua. E tinha argumentos para a sustentar.¹

Madison fez notar que o modelo que tinha em mente — Inglaterra, evidentemente — era o mais avançado país e sociedade política da época. Nas palavras do próprio, suponhamos que, em Inglaterra, toda gente tinha o direito a votar livremente. Bom, a maioria constituída pelos pobres unir-se-ia e organizar-se-ia com o propósito de tirar dos ricos aquilo que é propriedade deles. Levaria a cabo o que hoje designaríamos por reforma agrária: poria fim às grandes propriedades, poria termo aos estados agrícolas e daria às pessoas as suas próprias parcelas de terra das quais não muito tempo antes tinham sido afastadas pelo sistema de cercamento de terras. De maneira que votaria para assumir o controlo daquilo que, antes, eram terras comunitárias e apoderar-se-ia delas.

E, disse Madison, isso seria obviamente injusto, pelo que não poderá ser permitido. Por conseguinte, o sistema constitucional tem

¹ Ver página 23, Atas e Debates Secretos da Convenção Realizada em Filadélfia no Ano de 1787.

de ser organizado de maneira a impedir a democracia — a «tirania da maioria», como era por vezes designada —, e garantir que os bens dos opulentos permanecem intactos.

De modo que é esta a estrutura do sistema, foi concebido para barrar o perigo da democracia. Como é óbvio, importa dizer, em defesa de Madison, que este era um pré-capitalista. Partia do pressuposto de que toda a riqueza da nação seria uma espécie de reunião de senhores romanos da mitologia da época — aristocratas esclarecidos, figuras benignas empenhadas no seu trabalho que se dedicavam ao bem-estar de todos, e coisas que tais. Essa era uma visão das coisas, e genericamente aceite, conforme atesta o facto de o sistema constitucional de Madison ter sido efetivamente instalado.

E devo dizer que, chegada a década de 1790, Madison condenou severamente a deterioração do sistema por ele criado, numa altura em que corretores da Bolsa e outros especuladores assumiram o controlo, destruindo o sistema em nome dos seus próprios interesses, entre outros aspetos afins.

Aristocratas e democratas

Havia um outro quadro — assente em palavras, pelo menos, e parcialmente na crença — expressado por Jefferson, o principal teórico da democracia. Não tanto nas suas próprias ações, quanto no seu discurso a respeito delas, no qual fazia uma distinção entre aquilo que apelidava de aristocratas e democratas. Formulou a sua visão de forma bastante eloquente.

Basicamente, a ideia dos aristocratas é que o poder tem de ser confiado a uma classe especial de pessoas, particularmente distintas e privilegiadas, que tomarão as decisões e farão a coisa acertada. Os democratas acreditavam que o poder devia estar nas mãos da população. Em última análise, eles são o repositório da tomada de decisões e, também em última análise, da ação judiciousa, mas independentemente de as suas decisões serem do nosso agrado ou não, é esse o princípio que deveríamos apoiar. Jefferson estava a apoiar os democratas, não os aristocratas. Uma posição

que é basicamente oposta à visão madisoniana, apesar de, conforme mencionei, não ter sido necessário muito tempo até Madison perceber a orientação do sistema — e essa cisão atravessa a história americana até ao tempo presente.²

Reduzir a desigualdade

É interessante verificar que este debate tem uma tradição muito antiga. Remonta à primeira obra sobre democracia política produzida na Grécia Clássica. O primeiro grande livro sobre sistemas políticos é o volume *Política*, de Aristóteles — um longo estudo que investiga muitos tipos de sistemas políticos diferentes. E nele o autor conclui que, de entre todos, o melhor é a democracia. Mas depois sublinha precisamente o defeito que Madison fez notar. Não estava a pensar num país, estava a pensar na cidade-estado de Atenas, e, convém lembrar, a democracia por ele sustentada era destinada a homens livres. Mas o mesmo se aplicava a Madison — na sua visão incluíam-se apenas os homens livres, não as mulheres, e seguramente não os escravos.³

Aristóteles fez notar a mesma coisa que Madison viria a observar muito mais tarde. Se Atenas fosse uma democracia para homens livres, os pobres unir-se-iam e apropriar-se-iam dos bens dos ricos. Ora, o mesmo dilema, mas soluções contrárias. A solução de Madison consistia em *restringir a democracia* — ou seja, organizar o sistema de maneira a que o poder ficasse nas mãos dos abastados, para além de fragmentar a população de múltiplas formas que impedissem os cidadãos de se unirem e organizarem para retirar o poder dos ricos. A solução de Aristóteles consistia no oposto — propunha aquilo que, nos dias do hoje, designaríamos por estado-providência. Nas palavras do próprio: tente-se *reduzir a desigualdade* — reduzir a desigualdade através de refeições públicas

² Ver página 24, «Thomas Jefferson numa carta para William Short», 8 de janeiro de 1825.

³ Ver página 24, Aristóteles, *Política*, Livro III, capítulo 8.

e outras medidas apropriadas à cidade-estado. O mesmo problema, soluções contrárias. Uma é: reduz-se a desigualdade e o problema não se colocará. A outra é: reduz-se a democracia. E é nessas aspirações contrastantes que reside a fundação do país.⁴

A desigualdade tem muitas consequências. Não só é extremamente injusta por si só, como também produz consequências altamente negativas na sociedade como um todo. Mesmo em coisas como a saúde. Há bons estudos — de autores como Richard Wilkinson, entre outros — que demonstram que, quanto mais desigual uma sociedade for, seja pobre ou rica, piores são os fatores da saúde. Mesmo entre os ricos. Porque a desigualdade em si mesma, enquanto facto, produz um efeito corrosivo e nocivo nas relações sociais, na consciência, na vida humana, etc., que comporta todos os tipos de consequências negativas. Ora, estas coisas deviam ser resolvidas. Aristóteles tinha razão — a maneira de ultrapassar o paradoxo da democracia passa por reduzir a desigualdade, não por restringir a democracia.

Os pecados da sociedade americana

No princípio da fundação dos Estados Unidos, havia um inesgotável futuro de crescente riqueza, liberdade, realização e poder — desde que não se prestasse demasiada atenção às vítimas. Os EUA eram uma sociedade assente no colonialismo de povoamento, a mais brutal forma de imperialismo. Seria necessário fechar os olhos ao facto de se estar a conquistar uma vida mais próspera e mais livre à custa da dizimação da população indígena, o primeiro grande «pecado original» da sociedade americana; e fechar os olhos à escravização em massa de outro segmento da sociedade, o segundo pecado original (ainda vivemos os efeitos de ambos); e depois fechar os olhos à mão de obra cruelmente explorada, às conquistas além-fronteiras, entre outras coisas mais. Basta fechar os olhos a esses pequenos detalhes e ver-se-á uma certa verdade

⁴ Ver página 25, Aristóteles, *Política*, Livro VI, capítulo 5.

nos nossos ideais. Uma das questões fundamentais que sempre atravessou a nossa história foi: até que ponto deveríamos permitir a verdadeira democracia?

Se se recuar à ratificação da Constituição — estamos agora a falar de finais do século XVIII —, havia visões discordantes quanto ao modo como a nova sociedade devia ser organizada e construída. Um elemento crucial que não deveria ser esquecido é a avassaladora influência dos estados escravagistas. Na verdade, entre os fatores fulcrais que estiveram na origem da Guerra da Independência dos Estados Unidos conta-se a escravatura. Em 1770, juizes britânicos — como Lorde Mansfield, num caso célebre — já declaravam que a escravatura é uma obscenidade que não pode ser tolerada. Os proprietários de escravos americanos vislumbravam a iminência da catástrofe. Caso as colónias continuassem sob o domínio britânico, a escravatura seria banida num curto espaço de tempo — e há dados sólidos que sustentam a tese de que esse foi um fator determinante para a sublevação, na qual os estados escravagistas tiveram uma influência enorme, em particular o da Virgínia. Havia os benignos da oposição à escravatura no Nordeste, todavia o seu poder era reduzido e a Constituição reflete isso mesmo.⁵

Tendências de contrabalanço

Se se olhar para a história dos Estados Unidos, o que se vê é uma luta constante entre duas tendências. Temos uma tendência democratizante que parte sobretudo da população, uma pressão exercida a partir de baixo, que conquistou muitas vitórias. As mulheres, por exemplo — metade da população —, conseguiram o direito ao voto na década de 1920. (Antes que nos sintamos demasiado orgulhosos dessa conquista, é bom não esquecer que foi sensivelmente nessa altura que os direitos das mulheres no Afeganistão sofreram transformações positivas drásticas.)

⁵ Ver página 26, *Somerset versus Stewart*, Supremo Tribunal do Rei, 14 de maio de 1772, parecer de Lorde Mansfield.

Os escravos foram *formalmente* libertados, mas não o foram de facto. Na prática, só conseguiram a liberdade formal na década de 1960, e mesmo então foram muitas as restrições. Na verdade, ainda temos resíduos consideráveis da escravatura no sistema contemporâneo, embora as condições de propriedade associadas ao voto e participação tenham sido reduzidas no século XIX. Depois assiste-se ao início da formação de organizações de trabalho sólidas — que conquistaram muitas vitórias.

De maneira que se assiste a esta batalha constante: períodos de regressão, períodos de progresso. A década de 1960, por exemplo, foi um período de democratização importante. Setores da população que, normalmente, eram passivos e apáticos organizaram-se, tornaram-se ativos, começaram a fazer pressão para verem as suas reivindicações correspondidas. E foram-se envolvendo cada vez mais na tomada de decisões, no ativismo, etc. Foi um período civilizador — julgo ser esse o motivo que lhe vale o título de «Os Anos Conturbados». Transformou as consciências de muitas maneiras: Os direitos das minorias. Os direitos das mulheres. A preocupação ambiental. A oposição à agressão. A preocupação com as outras pessoas.⁶

Tudo isto são efeitos do processo civilizador, e isso originou profundos receios...

Não consegui prever o poder — devia tê-lo feito —, não fui capaz de antecipar-me ao poder de reação a esses efeitos civilizadores da década de 1960. Não previ a força da reação a eles — as forças económicas que seriam utilizadas para lhes fazer face, ou as técnicas disciplinares e as repercussões.

⁶ Ver página 26, Malcolm X, «Democracia É Hipocrisia», discurso, 1960. Ver página 27, Martin Luther King Jr., «Para Onde Vamos a Partir de Agora?», discurso, 16 de agosto de 1967. Ver página 28, discurso de Gaylord Nelson no Dia da Terra, 22 de abril de 1970.